

Documento Final do Projeto Gestão Participativa dos Recursos Naturais

Diretrizes para um Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas na Baía da Ilha Grande



PROMOÇÃO:

Núcleo de Solidariedade Técnica-SOLTEC/UFRJ
Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ
Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**



FIPERJ 25
Fundação Instituto de Pesca
do Estado do Rio de Janeiro **anos**



**SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
ABASTECIMENTO E PESCA**

Ministério da
Pesca e Aquicultura

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Carlos Levi – Reitor

Walter Issamu Suemitsu – Decano do Centro de Tecnologia

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ABASTECIMENTO E PESCA DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO – SEDRAP

Felipe Peixoto – Secretário de Estado

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIPERJ

Marco Botelho – Diretor Presidente da FIPERJ

Augusto da Costa Pereira – Diretor de Pesquisa e Produção

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Marcelo Crivella – Ministro do MPA

Alan Ducasble – Superintendente Substituto Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Rio de Janeiro

EQUIPE RESPONSÁVEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ)

Sidney Lianza - Coordenador Geral

Vera de Fátima Maciel Lopes – Coordenadora da Pesquisa-Ação

Fátima Karine Pinto Joventino - Coordenadora de Sistematização

Jair Nastalino P.Oliveira – Coordenador Administrativo

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIPERJ

Paula Ritter – Coordenadora de Sistematização

Lúcia H. F. Guirra – Coordenadora de Campo

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA

Alexandre Lantelme Kirovsky – Assessor Chefia de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais

Sérgio Macedo Gomes de Mattos - Coordenador Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca

Artesanal Marinha

AGENTES DE PESQUISA COMUNITÁRIOS

Leila da Conceição – Presidente do Conselho de Comunidades Tradicionais de Trindade

Junio A. dos Santos Conceição – Assessor Técnico da Colônia Z-18 de Paraty

Pitter Ronfini – Biólogo Marinho

Luíz Paulo de Oliveira – Vice-Presidente da Associação de Moradores e Pescadores do Abraão

Fausto José – Pescador Artesanal de Angra dos Reis

Jéssica Andrade - estudante e neta de pescador

COLABORADORES/CONSELHEIROS

Ademir Alves – Associação dos moradores e pescadores do Abraão

Humberto Martins – Secretaria de Pesca de Angra dos Reis

José Augusto Morelli – Escritório Regional do IBAMA de Angra dos Reis

Julio Avelar - Superintendência Regional do INEA

Robson Possidonio – Associação dos moradores e pescadores de Trindade

Luciano Vidal – Vereador de Paraty

Sylvia Chada – Coordenação Regional ICMBio

O presente documento tem por objetivo apresentar diretrizes para um **Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas da Baía da Ilha Grande**, resultado do processo de Pesquisa-Ação do projeto **“Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Gestão da Aquicultura e Pesca na Baía da Ilha Grande – GPESCA-BIG**.

Este projeto foi viabilizado a partir do convênio firmado entre o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ), e executado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ, em parceria com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ.

A Baía da Ilha Grande (BIG) é considerada pelo Ministério do Meio Ambiente um ecossistema de alta prioridade para a conservação da biodiversidade (MMA, 2002). Além da diversidade biológica reconhecida pelo MMA (2002), nesta região existem vários grupos de populações tradicionais¹ (caiaças, pescadores, indígenas, quilombolas) distribuídos no território cuja identidade cultural tem passado por processos de transformação. Tais transformações culturais, em certa medida, estão relacionadas à coexistência das várias atividades gerando conflitos de toda natureza e envolvendo diferentes atores, tais como: turísticas, industriais, portuárias, relativas ao setor de petróleo e gás.

De uma maneira geral pode-se afirmar que estes conflitos estão relacionados aos diferentes sentidos e percepções (cultura) atribuídos aos recursos naturais, a partir do “olhar” de cada segmento social. Sabe-se que as percepções podem definir, por exemplo, de que forma os grupos sociais se apropriam destes recursos e, quando diferentes lógicas de apropriação atuam sobre um lugar/território ou sobre um recurso natural, os conflitos se materializam (Vieira et al., 2005; Acselrad, 2004; Diegues, 2001).

Neste projeto, o conceito de conflitos teve como base a definição proposta por Acselrad (2004) que os define como sendo:

“(…) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaças por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos, ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo e pelas águas etc. Este conflito tem por arenas unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbólico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004:24)”.

Neste sentido, os conflitos precisam ser revelados, mapeados, qualificados e debatidos coletivamente, para que se definam processos de negociação sobre o uso dos recursos naturais. Caso os problemas socioambientais continuem sendo obscurecidos e sua resolução conduzida considerando apenas a racionalidade cartesiana, tecnocrática e normativa, e sem se considerar as diferentes culturas, os processos

1 - Esta pesquisa baseou-se na definição do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Seguindo o Decreto, as comunidades tradicionais são representadas por “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

de negociação não acontecerão e os conflitos se intensificarão (VIEIRA et al., 2005; ACSELRAD, 2004; DIEGUES, 2001).

Partindo do princípio que os conflitos podem ser minimizados, evitados e até mesmo resolvidos através de estratégias colaborativas e dialógicas, este projeto teve como referência a abordagem teórica que dispõe sobre a Gestão Compartilhada de Recursos de Uso Comum, em particular dos Recursos Pesqueiros e a Gestão de Sistemas Socioecológicos (OSTROM, 1990, BERKES, COLDING e FOLKE, 2003).


O projeto G-PESCA BIG entende que a melhor forma de se fazer a gestão pesqueira consiste na participação e influência direta dos pescadores nas etapas de planejamento, implementação, monitoramento e fiscalização. Esta gestão deve ser compartilhada, ou seja, ela deve buscar a divisão de poder e de responsabilidade entre governo, comunidade, instituições de pesquisa e demais atores em diferentes níveis e escalas – sobre o sistema de governança no uso dos recursos pesqueiros (KALIKOSKI et al., 2009; SEIXAS et al., 2011).


Adicionalmente aos preceitos mencionados, o projeto baseou-se nos anseios dos pescadores artesanais², na vontade de mudar uma realidade, na resolução de problemas e no ideal de trabalho conjunto para a aprendizagem coletiva. Neste sentido, a metodologia consistiu, além da revisão bibliográfica, no desenvolvimento de práticas dialógicas da Pesquisa Ação (PA). Este tipo de pesquisa participativa pressupõe o diálogo entre o pesquisador e o ator social, buscando de maneira permanente a implicação dos atores sociais, tendo por base estratégias promotoras da mobilização e da emancipação social (THIOLLENT, 1996; MORIN, 2004).


Tendo por base estas concepções, o projeto G-PESCA BIG realizou um mapeamento de conflitos e promoveu articulações na tentativa de que novos arranjos institucionais se estabeleçam na região. Além do levantamento e caracterização destes conflitos, o processo de Pesquisa Ação resultou em diretrizes para um programa de políticas públicas visando à gestão dos recursos naturais (em especial os pesqueiros), assim como do espaço marinho da Baía da Ilha Grande. As diretrizes do Programa foram categorizadas em três eixos temáticos (**ordenamento pesqueiro; sustentabilidade das cadeias produtivas da pesca e aquíicultura; educação, pesquisa e extensão**), os quais serão apresentados ao longo deste documento.

2 - Conforme a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, que Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, a pesca comercial está categorizada como artesanal e industrial. A pesca artesanal é definida como aquela “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Já a pesca industrial se caracteriza por ser “praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte”. No que concerne às embarcações, a referida lei destaca: “As embarcações que operam na pesca comercial se classificam em: I - de pequeno porte: quando possui arqueação bruta – AB igual ou menor que 20 (vinte); II - de médio porte: quando possui arqueação bruta – AB maior que 20 (vinte) e menor que 100 (cem); III - de grande porte: quando possui arqueação bruta – AB igual ou maior que 100 (cem).

Considerando os aspectos já mencionados acerca da Pesquisa Ação, nesta seção será apresentada uma síntese das principais ações desenvolvidas ao longo do projeto **G-PESCA BIG**, a saber:

 Seleção e capacitação de seis Agentes de Pesquisa provenientes de comunidades pesqueiras, para atuar nas três localidades de abrangência do projeto: Paraty, Angra dos Reis e Ilha Grande. A equipe foi capacitada teórica e metodologicamente através de uma oficina de 32 horas, no mês de fevereiro de 2011. Neste momento foi elaborado um primeiro cronograma de atividades e a identificação de atores locais para as entrevistas. Os Agentes de Pesquisa participaram do levantamento das informações coletadas; da mobilização e organização das oficinas comunitárias, bem como na realização de entrevistas junto às comunidades pesqueiras. Esta estratégia metodológica visou promover a inserção e participação dos comunitários nas fases de planejamento e execução da pesquisa ação, gerando uma experiência de coaprendizagem.

 Constituição de um grupo de colaboradores–voluntários que auxiliou na reflexão, discussão e orientação dos problemas socioambientais mapeados ao longo do processo, bem como nas estratégias metodológicas da pesquisa. Esse grupo foi instituído em junho de 2011, sendo composto por pescadores e pessoas com conhecimento sobre a realidade socioambiental da região. A formação deste grupo consistiu em um esforço inicial para se estabelecer novos arranjos institucionais, visando o exercício da gestão compartilhada, assim como a continuidade das discussões levantadas por esta pesquisa. Ao todo foram realizadas cinco oficinas de trabalho.

 Realização de 65 entrevistas em 12 comunidades pesqueiras e aquícolas de Angra dos Reis e Ilha Grande. Tal ação foi realizada por sugestão do grupo de colaboradores, visando atender o cronograma do projeto. A metodologia consistiu na elaboração de um roteiro semi-estruturado que teve como base as questões levantadas nas oficinas comunitárias (problemas, atores e sugestões de solução para cada problema elencado). As entrevistas foram realizadas pela equipe da Coordenação de Campo (composta pelos técnicos e agentes de pesquisa comunitários) nas comunidades apresentadas abaixo.

QUADRO 1 – Comunidades nas quais foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os pescadores.

Comunidades atendidas através da realização de entrevistas semi-estruturadas	
Manguariqueçaba (Ilha Grande)	Tapera (Ilha Grande)
Passa terra (Ilha Grande)	Garatucaia (Angra dos Reis)
Praia Secreta (Angra dos Reis)	Parnaioca (Ilha Grande)
Aroeira (Ilha Grande)	Abraão (Ilha Grande)
Sítio Forte (Ilha Grande)	Jaconema (Ilha Grande)
Bananal (Ilha Grande)	Matariz (Ilha Grande)

>> **Realização de 17 entrevistas semi-estruturadas com atores intervenientes** (gestores públicos, colônias de pescadores, representantes de empresas, chefes de unidades de conservação) que foram mencionados pelos pescadores durante as oficinas comunitárias. Estas entrevistas tinham como objetivo divulgar o projeto G-PESCA BIG, mapear os problemas da baía e identificar as ações em andamento na região, de maneira a interagir com as propostas do G-PESCA BIG.

QUADRO 2 – Instituições que tiveram representantes entrevistados ao longo do projeto.

Angra dos Reis	Paraty
Colônia de Pescadores Z-17	Secretaria de Pesca e Agricultura
Conselho de pesca	Colônia de Pescadores Z-18;
Secretaria de Pesca do município	Associação dos Maricultores de Paraty (AMAPAR)
Secretaria de Meio Ambiente	Associação Cairucu
Secretaria de Obras	Parque Nacional da Serra da Bocaina
Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE;	Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios)
Capitania dos Portos	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo
Eletronuclear	
Technip	

>> **Realização de 20 oficinas, contemplando 32 comunidades pesqueiras** de Angra dos Reis, Ilha Grande e Paraty. Estas oficinas visaram diagnosticar os principais conflitos na percepção dos pescadores. Nestas reuniões foram mapeados os principais conflitos, os atores e as possíveis soluções para cada problema levantado. Para isso, foi confeccionado um cartaz padrão que continha figuras dos principais problemas elencados no trabalho de Begossi et. all. (2009). Ao longo desta etapa participaram 302 pessoas, conforme pode ser visualizado no Quadro 3. Os resultados da pesquisa indicaram, em linhas gerais, que os conflitos estão relacionados a diferentes aspectos, entre eles: 1) as diferentes técnicas de pesca; 2) as relações de pertencimento – ser ou não da BIG; 3) a existência de áreas de restrição à pesca e unidades de conservação; 4) a ausência de regularização do pescador para exercer a atividade, acarretando problemas durante as operações de fiscalização.





Barcos de fora



Desrespeito ao Defeso



Mergulho



Tecnologia (sonda e sonar)



POLUIÇÃO



Pesca Predatória



Dificuldade de obtenção da licença



Fiscalização abusiva



Apoio Fiscalização



Áreas Protegidas

QUADRO 3 – Número de participantes das oficinas comunitárias realizadas.

Os resultados da pesquisa indicaram, em linhas gerais, que os conflitos estão relacionados a diferentes aspectos, entre eles: 1) as diferentes técnicas de pesca; 2) as relações de pertencimento - ser ou não da BIG; 3) a existência de áreas de restrição à pesca e unidades de conservação; 4) a ausência de regularização do pescador para exercer a atividade, acarretando problemas durante as operações de fiscalização.

ANGRA DOS REIS	
Local	Número de participantes
Centro de Angra, Gipoia, Vila Velha, Cais	16
Mambucaba	16
Frade	11
Ilha da Caieira	20
SUB - TOTAL	63
ILHA GRANDE	
Provetá	40
Araçatiba	4
Saco do Céu	13
Praia da Longa	17
Praia Vermelha	24
SUB - TOTAL	98
PARATY	
Tarituba, São Gonçalo, Prainha e Taquari	16
Colônia de Pescadores Z-18, Cais, Ilha das Cobras e Mangueira	24
Subsecretaria de pesca – Pontal, Jabaquara e Chácara	8
Ilha do Araújo	14
Praia Grande, Barra Grande e Corumbê	13
Trindade	23
Pouso da Cajaita	10
Calhaus	18
Ponta Grosea	11
Saco do Mamanguá	4
SUB - TOTAL	141
TOTAL DE PARTICPANTES	302

>> **Realização de duas reuniões gerais** com os representantes de pescadores das comunidades de Angra dos Reis (2 e 3 de setembro de 2011) e Paraty (5 e 6 de setembro de 2011). Estas reuniões tiveram como objetivo apresentar, debater e validar os resultados obtidos em cada comunidade. Além disso, foi apresentada uma proposta preliminar dos eixos temáticos que comporiam as diretrizes para o Programa de Políticas Públicas da BIG. Para discussão desses eixos foi realizada uma dinâmica de grupo na qual os participantes influenciaram na organização dos problemas em cada eixo temático. O objetivo da dinâmica foi permitir o melhor entendimento, aprendizado e incorporação dos conceitos, de forma interativa com o grupo. Participaram destas reuniões 48 pescadores que foram escolhidos durante as oficinas comunitárias.

>> **Realização de uma reunião geral** para debater, influenciar e validar a proposta de diretrizes e ações do Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas da Baía da Ilha Grande. Esta reunião foi realizada em Angra dos Reis (18 e 19 de novembro de 2011) e teve a participação de 50 pessoas (atores direta e/ou indiretamente envolvidos com a gestão dos recursos pesqueiros e aquícolas).







Entre os principais encaminhamentos definiu-se que a primeira ação da continuidade do projeto consistirá na implantação de um fórum de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e aquícolas da Baía da Ilha Grande, que deverá atuar por meio de metodologias participativas e dialógicas.

DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DOS RECURSOS PESQUEIROS E AQUÍCOLAS DA BAÍA DE ILHA GRANDE.

As diretrizes para o Programa de Políticas Públicas da Baía da Ilha Grande foram elaboradas com base nos resultados encontrados durante as oficinas comunitárias, reuniões com o grupo de colaboradores e participação da equipe nos fóruns de discussão da região. Todas essas informações foram sistematizadas em três eixos temáticos, os quais serão apresentados ao longo desta seção e cujas propostas de ações/projetos serão mostradas em planilhas no APENDICE.

Espera-se que as diretrizes aqui propostas possam propiciar a constituição de novos arranjos político-institucionais, facilitando a execução de políticas públicas integradas e participativas (de curto, médio e longo prazo), no âmbito das três esferas de governo – municipal, estadual e federal. As ações sugeridas pretendem indicar caminhos para a conservação dos sistemas socioecológicos da Baía da Ilha Grande, bem como o empoderamento das comunidades pesqueiras artesanais e da aquíicultura familiar e a coexistência com os demais atores (pesca industrial, turismo, petróleo e gás, etc).

Cabe enfatizar que as propostas de projetos/ações consistem na consolidação de várias problemáticas identificadas nos diversos espaços de discussão, inclusive naqueles promovidos pelo projeto G-PESCA BIG. Além disso, deve-se considerar que várias das ações indicadas dependem de articulações, ações conjuntas e colaborativas, respeitando-se as respectivas competências dos órgãos públicos.



OBJETIVO DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA

Subsidiar políticas públicas integradas e participativas que propiciem a constituição de novos arranjos político-institucionais, visando a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e aquícolas da BIG, a partir de três eixos temáticos, a saber: **ordenamento pesqueiro; sustentabilidade das cadeias produtivas da pesca e aquíicultura; ensino, pesquisa e extensão.**



1) Ordenamento Pesqueiro


Este eixo tem como objetivo gerar informações visando a aplicação de medidas de manejo e o ordenamento pesqueiro e aquícola da BIG. Entre as propostas para este eixo temático foram elencadas ações referentes:


- À normatização da pesca e da aquíicultura;
- À condução de estratégias de mediação de conflitos envolvendo a atividade pesqueira e as áreas protegidas/unidades de conservação;
- À legalização e regularização dos pescadores;
- À necessidade de integração do IBAMA, Capitania dos Portos, ICMBio, INEA, nas operações de fiscalização, que estas primem pelo caráter preventivo e educativo.

2) Sustentabilidade das Cadeias Produtivas da Pesca e Aqüicultura

O objetivo deste eixo é o de promover ações que visem o fortalecimento e a estruturação das cadeias produtivas da pesca e aqüicultura em bases sustentáveis. Através das ações e projetos propostos, espera-se contribuir para diminuir a lacuna existente no que concerne ao acesso a recursos de projetos ligados à infraestrutura, assim como a valorização das cadeias produtivas da pesca e aqüicultura na BIG.

As ações propostas estão relacionadas:


 À ausência de energia elétrica e saneamento básico em algumas comunidades, assim como a falta de infraestrutura adequada para as atividades de armazenamento, processamento, beneficiamento, comercialização e distribuição do pescado;


 À necessidade de articulação de ações entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e MPA, de maneira a potencializar o desenvolvimento de políticas integradas no que concerne a Política de Territórios. Foi apontada a necessidade de estimular a participação do setor pesqueiro e aquícola nas reuniões do Comitê de Implantação para Ações Territoriais da Baía da Ilha Grande - CIAT*;

3) Educação, Pesquisa e Extensão

A necessidade de propor este eixo é devida a fragilidade das relações interinstitucionais no âmbito do tripé ensino, pesquisa e extensão. Entende-se a urgência de maior estímulo para realizar pesquisas em diferentes áreas de conhecimento e de caráter interdisciplinar. Sugere-se que estas pesquisas estejam em consonância com as necessidades indicadas pelos atores sociais da região e sejam desenvolvidas a partir de processos dialógicos considerando a diversidade de saberes, principalmente os das comunidades locais. Os resultados devem possibilitar a criação de um sistema de informações que subsidie as tomadas de decisão.

Deste modo indica-se a importância de:







 Apoiar a consolidação de uma rede de pesquisadores multi/interdisciplinar em um arranjo interinstitucional que venha a subsidiar os processos de gestão e decisão;

 Investir em ações de qualificação profissional para o setor pesqueiro e aquícola, integrando e articulando instituições/projetos já existentes;

 Fortalecer e ampliar a participação de pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento em espaços de discussão já existentes;

 Realizar pesquisas técnico-científicas sobre a biologia dos recursos pesqueiros e tecnologias pesqueiras;

3 - O Comitê de Implantação para Ações Territoriais da Baía da Ilha Grande – CIAT consiste em um fórum colegiado criado no âmbito do Programa Territórios da Cidadania da Baía da Ilha Grande. A região ainda é considerada Território Rural.

-  Desenvolver projetos voltados para a conservação do ambiente;
-  Promover as ações de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA);
-  Capacitar e organizar o setor pesqueiro e aquícola, visando o seu empoderamento;
-  Estimular e promover um maior engajamento das empresas estabelecidas na região no fomento das ações de Educação, Pesquisa e Extensão;
-  Desenvolver projetos voltados para a conservação do ambiente;
-  Apoiar novos arranjos que facilitem a articulação intermunicipal visando a implementação de ações conjuntas e colaborativas nas áreas de pesca e aquíicultura.



No APÊNDICE são apresentadas as diretrizes do Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas da Baía de Ilha Grande, a partir de planilhas explicativas para cada eixo temático, onde constam: justificativa para criação de cada eixo; síntese dos problemas; diretrizes de projetos e propostas de ações para cada problema diagnosticado.

- ACSELRAD, H. 2004. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Boll & Relume Dumará. 294p.
- BERKES, F. COLDING, J, FOLKE, C. 2003. Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change. UK, Cambridge.
- CORDELL, J. 2000. Remapeando as águas. O significado dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo. <http://www.usp.br/nupaub/remapeando.pdf>, em 1/04/2012.
- CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. <http://www.usp.br/nupaub/textocordell.pdf>, em 1/04/2012.
- DIEGUES, A. C. Ecologia Humana e Planejamento Costeiro - Editora HUCITEC. 2001. 2ª Edição. São Paulo. 225p.
- DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. 2001. Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum . São Paulo. NUPAUB/LATROP
- GODINHO, H. P., GODINHO, A. L. 2003. Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas. 468p.
- GUNDERSON, L.H.; HOLLING, C.S. 2002. Panarchy: understanging transformations in human and natural systems. Island Press Washington
- HARDIN, G. 1968. The tragedy of the commons, SCIENCE . VOL.162:1241-1248.
- KALIKOSKI, D. ; SEIXAS, C. S. ALMUDI, T. 2009 – Gestão Compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. Ambiente e Sociedade. XII, p 151172, janeiro-unho, Campinas
- LITTLE, P. 2002 Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília:ICS-UNB – Serie Antropologia
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/Secretaria de Biodiversidade e Florestas. v. I. 2002. Biodiversidade brasileira - avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília.
- RIBEIRO, C.W. (org). 2010. Práticas sócio ambientais na pós-graduação brasileira. Editora Anablume.
- OSTROM, E. 1990. Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge Univestiy Press
- PEREIRA, M.C. e MELLO, Y.R. 2011. Projetos globais e resistências locais: pescadores artesanais e Unidades de Conservação no litoral, Rio de Janeiro – Brazil. pp137-150 : Desenvolvimento e Meio Ambiente – Territorios, Regulação e sustentabilidade: entre sociedade e natureza. Editora UFPR, n. 24, julho-dezembro
- RECOVERI, G. 2010. Beni Comuni Vs Mercì. Jaca Book – versão em português no prelo, pela Editora Multifoco.
- SACHS, I. 2007. Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. Paulo Freire Vieira (org). São Paulo, Cortez.

SEIXAS et al, 2011. Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional. Ambiente e Sociedade, 14 no.1. Campinas Jan./Junho. Campinas

THIOLLENT, M. 2005. Metodologia da pesquisa ação. São Paulo, Cortez.

VIEIRA, P.F.; Berkes, F.; SEIXAS, C. 2005. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais. Conceitos, métodos e experiências. APED. Florianópolis. 415p.

SÍTIOS NACIONAIS

Action Research - Journal. Sage Publications. ISSN 1741-2617, <http://arj.sagepub.com/>

Associação Nacional de Pós Graduação em Pesquisa em Ambiente e Sociedade. ANPPAS – <http://www.anppas.org.br/novosite/index.php>

Centro de Desenvolvimento Sustentável. CDS/UNB. <http://www.unbcds.pro.br/pub/?CODE=OIB&COD=5>

Ciência, Natureza, Informação e Saberes/ CINAIS – <http://www.ufrjr.br/cpda/ciniais/>

Meio Ambiente e Desenvolvimento/ MADE-UFPR. http://www.ppgmade.ufpr.br/?page_id=20

Mapa do Conflito Ambiental e Saude no Brasil.

<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=outros>

Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM/UNICAMP. <http://www.nepam.unicamp.br/ne-pam/>

Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – NMD/UFSC <http://nmd.ufsc.br/apresentacao/historico/i-primeiros-passos/>

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras - NUPAUB –USP. <http://www.usp.br/nupaub/>

PAPESCA/UFRJ – <http://papescalitoralfluminense.blogspot.com>

Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente/UERJ <http://www.ppgmeioambiente.uerj.br/>

Rede brasileira de Justiça Ambiental - http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/

Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - REDE PRODEMA <http://www.prodema.ufpb.br/redeprodema/>

SÍTIOS INTERNACIONAIS

Resilience Alliance – <http://www.resalliance.org/>

The International Association for the study of the Commons – IASC/COMMONS - <http://www.iasc-commons.org/>

Planilhas com as diretrizes para projetos e ações referentes a cada Eixo temático: ordenamento pesqueiro e aquícola; sustentabilidade das cadeias produtivas da pesca e aquíicultura; educação, pesquisa e extensão.

EIXOS TEMÁTICOS	JUSTIFICATIVA	SÍNTESE DOS PROBLEMAS	DIRETRIZES PARA PROJETOS	AÇÕES
ORDENAMENTO PESQUEIRO E AQUÍCOLA	Gerar informações visando a aplicação de medidas de manejo e ordenamento pesqueiro e aquícola da BIG.	Problemas de normatização (pesca e demais usos e atividades - pesca de mergulho, marinas, petroleo, turismo, pre-sal, etc)	Revisar, atualizar e adequar a legislação pesqueira e aquícola que incide na BIG (ordenamento de espécies e práticas não ordenadas).	<p>Reativar o Grupo de Revisão da Legislação (GRL) liderado pelo IBAMA</p> <p>Criar grupos específicos de discussão por artes de pesca</p> <p>Revogar a Portaria SUDEPE N-35. Priorizar esta ação.</p> <p>Construir minuta participativa para a Instrução Normativa (IN) do ordenamento pesqueiro e aquícola (barcos de fora, barcos de pesca, etc)</p> <p>Articular o GRL com pesquisas e iniciativas em curso, a exemplo da pesquisa sobre biologia reprodutiva do robalo</p> <p>Atualizar o trabalho das artes fixas realizado pela Câmara Técnica de Aquíicultura e Pesca da ESEC Tamoiós e publicar dados.</p> <p>Criar minuta de Portaria IBAMA/MPA regularizando os cercos flutuantes</p> <p>Rever Decreto 4895/2003 - cessão de águas da União</p>

EIXOS TEMÁTICOS	JUSTIFICATIVA	SÍNTESE DOS PROBLEMAS	DIRETRIZES PARA PROJETOS	AÇÕES
<p>ORDENAMENTO PESQUEIRO E AQUÍCOLA</p>	<p>Gerar informações visando a aplicação de medidas de manejo e ordenamento pesqueiro e aquícola da BIG.</p>	<p>Proibição e restrição da pesca nas áreas protegidas</p>	<p>Fortalecer espaços, mecanismos e processos de mediação de conflitos.</p>	<p>Fortalecer a atuação dos conselhos visando o estabelecimento de Termos de Compromisso e/ou Acordos de Manejo: 1) Dar andamento ao processo de Tarituba e ESEC TAMOIS. 2. Dar andamento ao processo de acordo em Trindade e PNSB.</p> <p>Propor projeto de lei desafetando algumas ilhas da ESEC Tamoios, incluindo outras, com base em estudos que levem em conta fatores socioeconômicos, mantendo as áreas de 1km.</p> <p>Formalizar processos de negociação com a ESEC Tamoios para liberação de algumas áreas e/ou algumas artes de pesca artesanais (linha, espinhel, emalhe ,cerco flutuante, puçá), fundeio, acesso à praia e pesca de mergulho (apneia)</p> <p>Fortalecer a representatividade dos pescadores nos Conselhos Gestores de Ucs e outros fóruns.</p> <p>Interagir com a proposta de criação de uma APA Marinha/INEA.</p>

EIXOS TEMÁTICOS	JUSTIFICATIVA	SÍNTESE DOS PROBLEMAS	DIRETRIZES PARA PROJETOS	AÇÕES
<p>ORDENAMENTO PESQUEIRO E AQUÍCOLA</p>	<p>Gerar informações visando a aplicação de medidas de manejo e ordenamento pesqueiro e aquícola da BIG.</p>	<p>Fiscalização (Falta de fiscalização e fiscalização abusiva): defeso, áreas protegidas e legislações relacionadas; barcos grandes - sonar, sonda; plataformas de petróleo</p>	<p>Estruturar o trabalho integrado entre os órgãos que fazem monitoramento e a fiscalização, usando inclusive, medidas preventivas e educativas</p>	<p>Integrar ações de monitoramento e a fiscalização envolvendo Capitania dos Portos, INEA, ICMBio, IBAMA, ANA, SPU, MPA dispondo: 1) canal de comunicação (0800) para os pescadores realizarem denúncias; 2) Acesso ao PREPS e outras tecnologias</p> <p>Fortalecimento de ações de formação de fiscais</p> <p>Sinalização na área da Esec Tamoiós</p> <p>Priorizar a fiscalização sobre os barcos "grandes" (sonda, sonar e ship to ship e plataformas de petróleo), períodos de defeso e áreas protegidas</p>

EIXOS TEMÁTICOS	JUSTIFICATIVA	SÍNTESE DOS PROBLEMAS	DIRETRIZES PARA PROJETOS	AÇÕES
<p>ORDENAMENTO PESQUEIRO E AQUÍCOLA</p>	<p>Gerar informações visando a aplicação de medidas de manejo e ordenamento pesqueiro e aquícola da BIG.</p>	<p>Problemas de legalização e regularização do pescador (licenças de pesca e embarcação - documentação da marinha, MPA - RGP e Licenças de pesca)</p>	<p>Facilitar e moralizar o processo de legalização a partir da articulação entre os órgãos e levantamento de informações</p>	<p>Cadastramento das embarcações motorizadas e não motorizadas de Paraty e Angra dos Reis. Finalizar o de Paraty, já iniciado pela FIPERJ.</p> <p>Implantar um Programa de Agentes fiscais ambientais prevendo a categoria de Agente ambiental pesqueiro</p> <p>Mapeamento e caracterização da pesca do cerco flutuante</p> <p>Maior articulação entre o MPA, MTE e Capitania dos Portos para tratar da documentação do pescador</p> <p>Ações itinerantes do MPA (ou escritório regional) articulando-se com outros órgãos para identidade cidadã.</p> <p>Gerar informações que possam embasar tecnicamente o processo de avaliação e concessão de novas licenças de pesca para a captura de camarão e outras espécies que sejam indicadas pelo setor</p> <p>Agilizar regularização das canoas junto à Marinha/Capitanis dos Portos - já em andamento</p> <p>Criar procedimentos para licenciamento das canoas com base na IN10/2011</p>

EIXOS TEMÁTICOS	JUSTIFICATIVA	SÍNTESE DOS PROBLEMAS	DIRETRIZES PARA PROJETOS	AÇÕES
Sustentabilidade das Cadeias da Pesca e Aquicultura	Desenvolver a cadeia produtiva valorizando a atividade pesqueira e aqüícola na região	Precárias condições de infraestrutura, logística e crédito	Fortalecer e estruturar as cadeias produtivas da pesca e aqüicultura	Mapeamento e caracterização da cadeia produtiva da pesca na BIG
		Construção e manutenção das embarcações pesqueiras		Reaproveitamento dos resíduos do pescado
		Armazenamento, processamento, beneficiamento e destino adequado aos resíduos do pescado		Articular ações entre Território Rural (MDA) e Território da Pesca e Aquicultura (MPA)
		Escoamento e Comercialização		Estimular a criação de um GT no âmbito do CIAT específico para tratar da pesca e aqüicultura
		Ausência de saneamento básico		Viabilizar a participação dos pescadores/aqüicultores no processo de delimitação dos parques aqüícolas, - Zoneamento Aqüícola.
		Ausência de energia elétrica em algumas comunidades		Regularização das normas técnicas das fazendas marinhas (INEA) - consulta pública informal
Articular as prefeituras e INEA (Projeto de Gestão Integrada da BIG) para tratar as questões referentes ao saneamento básico	Articular com o poder público com o programa "Luz para todos".			

EIXOS TEMÁTICOS	JUSTIFICATIVA	SÍNTESE DOS PROBLEMAS	DIRETRIZES PARA PROJETOS	AÇÕES
Educação, Pesquisa e Extensão	Desenvolver de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão em diferentes áreas de conhecimento.	Carência de pesquisas e trabalhos técnicos sobre: 1) biologia marinha/pesqueira e 2) tecnologia pesqueira de forma dialógica com as comunidades	<p>Construir um Programa de Pesquisa Interinstitucional e Interdisciplinar, dialógico e participativo, buscando junto aos órgãos de fomento, recursos para ações de ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p>Criar, disponibilizar e manter um sistema de informação que subsidie as tomadas de decisão</p> <p>Pesquisa sobre história da pesca e aqüicultura na BIG</p> <p>Prospectar recursos visando o desenvolvimento das pesquisas e projetos</p> <p>Pesquisa sobre novos arranjos institucionais visando a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e aquícolas.</p> <p>Promover projetos e pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais, principalmente nas áreas protegidas marinhas.</p> <p>Pesquisa sobre a biologia reprodutiva e o período de defeso das espécies (camarão, caranguejo, sardinha, robalo e corvina) - Gerar conhecimento técnico-científico que subsidie as políticas de manejo; Ampliar trabalho que já vem sendo feito pela FIPERJ sobre a biologia reprodutiva da sardinha para outras espécies.</p> <p>Ampliação do projeto "Estatística Pesqueira e Aquícola" já realizado pela FIPERJ, contemplando o município de Paraty e Angra dos Reis.</p> <p>Censo Pesqueiro e Aquícola - Levantamento e caracterização dos pescadores, embarcações, artes de pesca, relações de trabalho; Gerar informações que subsidie medidas de manejo e a conceitualização de "pesca artesanal" para a BIG.</p> <p>Estudos sobre a capacidade de suporte dos estoques pesqueiros.</p> <p>Estudos sobre a adequação da frota - Construção Naval</p>

EIXOS TEMÁTICOS	JUSTIFICATIVA	SÍNTESE DOS PROBLEMAS	DIRETRIZES PARA PROJETOS	AÇÕES
Educação, Pesquisa e Extensão	Desenvolver de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão em diferentes áreas de conhecimento.	Necessidade de investimentos e projetos voltados para a conservação do ambiente	Diagnosticar e promover iniciativas de educação ambiental, conservação e manejo conjuntas e/ou complementares	<p>Difusão e conscientização sobre a preservação e defesa das espécies; Combate à pesca predatória, importância das Ucs e áreas de manguezal</p> <p>Criar um projeto de coleta de resíduos do pescado para a produção de ração</p> <p>Ampliar o projeto de reciclagem de óleo de cozinha auxiliando no combustível para as embarcações de pesca - Parceria com as Secretarias Municipais</p> <p>Projeto/ações de incentivo visando a remoção do lixo trazido pelas redes de pesca</p> <p>Promover discussões qualificadas sobre o processo de exploração de petróleo e gás na BIG</p> <p>Estimular e fomentar projetos de recifes artificiais com bases científicas</p>

EIXOS TEMÁTICOS	JUSTIFICATIVA	SÍNTESE DOS PROBLEMAS	DIRETRIZES PARA PROJETOS	AÇÕES
Educação, Pesquisa e <u>Extensão</u>	Desenvolver de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão em diferentes áreas de conhecimento.	Fragilidade das ações de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - ATEPA	Ampliação e fortalecimento das ações de ATEPA	<p>Facilitar e ampliar o processo de emissão de DAPs para Angra e Paraty para viabilizar o acesso ao PRONAF</p> <p>Desenvolver ações de extensão e pesquisa sobre a saúde do trabalhador da pesca (Fundacentro, Fiocruz, etc)</p> <p>Formar agentes de ATEPA</p> <p>Articular ações (pesquisas e cursos) com a marinha/Capitania dos Portos para <u>apreioamento</u> dos pescadores</p> <p>Criar um Pólo da Pesca e Aquicultura na BIG</p> <p>Curso de boas práticas e beneficiamento do pescado para pescadores e peixarias</p> <p>Realizar campanhas junto ao consumidor sobre qualidade do pescado</p> <p>Programa "Pescando Letras" e os <u>telecentros do MPA</u> para a região</p>



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**



FIPERJ25
Fundação Instituto de Pesca
do Estado do Rio de Janeiro **anos**

Ministério da
Pesca e Aquicultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA